

CÓDIGO CVM: 00332-8



Chesf

Proposta da Administração



Ministério de
Minas e Energia





Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2016.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2015.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2015, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Investidores” a partir do dia 30/03/2016.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício.

Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, de 17/12/2009.

Participação nos lucros e resultados: Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000 e aprovação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 92,8 milhões.

Item III – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no Anexo 01 do presente documento.

Item IV - Eleição de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

Considerando a eleição de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, os candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores encontram-se no Anexo 02 (Conselho de Administração) e Anexo 03 (Conselho Fiscal) do presente documento, assim como as informações indicadas nos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência.

Item V - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2016 a março de 2017 no valor de R\$ 5.611.529,69, incluído neste valor os encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo 04 deste documento.

Recife, 28 de março de 2016

A Administração

ANEXO 01

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.207.567	852.011
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	373.867	658.063	841.111
Dívida líquida	1.076.779	549.504	10.900
(+) Total do patrimônio líquido	8.864.214	9.523.869	11.305.915
Total do capital	9.940.993	10.073.373	11.316.815
Índice de alavancagem financeira	10,8%	5,5%	0,1%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta bom nível de alavancagem. O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e capital total) atingiu 10,8% em 31/12/2015.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2015 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que os R\$ 1.207,6 milhões em 2014, dos quais 20,5% (R\$ 298,0 milhões) eram de curto prazo e 79,5% (R\$ 1.152,6 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2015 o saldo de R\$ 1.076,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que os R\$ 852,0 milhões em 2013, dos quais 20,7% (R\$ 250,4 milhões) eram de curto prazo e 79,3% (R\$ 957,2 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2014 o saldo de R\$ 549,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013 sua dívida bruta totalizou R\$ 852,0 milhões, 81,6% maior que os R\$ 469,1 milhões em 2012, dos quais 7,1% (R\$ 60,2 milhões) eram de curto prazo e 92,9% (R\$ 791,8 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2013 o saldo de R\$ 10,9 milhões.

(R\$ milhões)					
Dívida	2015	2014	2013	Δ% 2015 Vrs. 2014	Δ% 2014 Vrs. 2013
Curto prazo	298,0	250,4	60,2	19,0	315,8
Longo prazo	1.152,6	957,2	791,8	20,4	20,9
Dívida Bruta Total	1.450,6	1.207,6	852,0	20,1	41,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	373,9	658,1	841,1	(43,2)	(21,8)
Dívida Líquida	1.076,7	549,5	10,9	95,9	4.941,3

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

(R\$ milhões)					
	2015	2014	2013	Δ% 2015 Vrs. 2014	Δ% 2014 Vrs. 2013
Capital Próprio	8.864,2	9.523,9	11.305,9	(6,9)	(15,8)
Capital de Terceiros	6.086,2	5.448,4	5.919,3	11,7	(8,0)
Capital Total	14.950,4	14.972,3	17.225,2	(0,1)	(13,1)

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra aumento de 2,0 pontos percentuais entre 2013 e 2014, apontando 34,4% em 31/12/2013 e 36,4% em 31/12/2014. Já em 31/12/2015, o capital de terceiros passou a representar 40,7%, aumentando 4,3 pontos percentuais em relação a 2014.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2015, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão *impairment*, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ 546,5 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 182,8 milhões, 11,7% maior que em 2014 (R\$ 163,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que em 2014 (R\$ 1.207,6 milhões).

Em 2014, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão *impairment*, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ -72,1 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 163,6 milhões, 166,9% maior que em 2013 (R\$ 61,4 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que em 2013 (R\$ 852,0 milhões).

Em 2013, a geração de caixa operacional foi de R\$ -356,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 61,3 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 852,0 milhões.

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa, das indenizações decorrentes da prorrogação das concessões e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e BNDES, e dividendos recebidos.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício

	(R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	546.484	(72.072)	(356.400)
Indenizações - renovação das concessões	1.625.575	1.041.875	5.089.452
Financiamentos e empréstimos	476.915	400.000	500.000
Dividendos recebidos	45.452	91.264	50.956
Total	2.694.426	1.461.067	5.284.008

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

Não obstante essas medidas que podem vir a ser adotadas visando cobrir eventuais deficiências de liquidez, salientamos que a Companhia tem previsão de receber nos próximos anos os valores da indenização complementar dos ativos provenientes dos Contratos de Concessão de Geração e de Transmissão prorrogados no montante estimado de **R\$ 10,4 bilhões**, a valores de 31/12/2012.

Em 11 de dezembro de 2014 a Companhia, em harmonia com a Resolução Normativa ANEEL nº 596, de 19/12/2013, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, elaborada pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., para fins do processo de indenização dos aproveitamentos hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de **R\$ 4.802,3 milhões**, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes aproveitamentos hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. Contudo, a Companhia esclarece que o valor requerido da indenização complementar dos ativos de geração de energia elétrica está sujeito à aprovação pela Aneel, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.



Em 06 de março de 2015 a Companhia, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10/12/2013, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31/05/2000, elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme artigo 15, § 2º da Lei nº 12.783/2013. O laudo de avaliação certificou o valor de **R\$ 5.627,2 milhões**, em dezembro de 2012, como valor base para a citada indenização. Contudo, a Companhia esclarece que o valor certificado pelo laudo de avaliação está sujeito à aprovação pela Aneel, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10/12/2013, e, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total			
	(R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	384.549	509.900	444.526
Folha de pagamento	17.141	15.454	109.302
Tributos e contribuições sociais	117.670	92.105	87.562
Financiamentos e empréstimos	298.038	250.414	60.192
Outras provisões operacionais	96.993	103.445	109.722
Remuneração aos acionistas	-	-	34
Obrigações estimadas	136.778	122.832	102.167
Incentivo ao desligamento - PDVP	42.676	39.826	166.189
Benefícios pós-emprego	25.876	91.296	121.025
Encargos setoriais	126.042	136.185	155.935
Outros	59.362	27.600	29.853
	1.305.125	1.389.057	1.386.507
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos e contribuições sociais	84.929	213.095	80.617
Financiamentos e empréstimos	1.152.608	957.153	791.819
Incentivo ao desligamento - PDVP	66.845	93.029	-
Benefícios pós-emprego	1.130.958	840.574	489.283
Encargos setoriais	260.893	257.682	235.348
Provisões para contingências	1.660.536	1.482.916	1.404.872
Provisão contrato oneroso	247.012	114.724	1.434.251
Obrigações vinculadas à concessão	82.240	86.588	90.936
Outros	95.032	13.599	5.641

	4.781.053	4.059.360	4.532.767
CAPITAL DE TERCEIROS	6.086.178	5.448.417	5.919.274

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	R\$ mil						
	31/12/2015					31/12/2014	31/12/2013
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
Principal	Encargos	Principal					
Eletrobras	-	12.563	12.563	17.188	29.751	42.385	55.113
Banco do Brasil	10.091	125.000	135.091	250.000	385.091	511.087	501.918
Banco do Nordeste	18	45.474	45.492	158.505	203.997	249.509	294.980
Caixa Econômica Federal	4.892	100.000	104.892	250.000	354.892	404.586	-
BNDES	-	-	-	476.915	476.915	-	-
Total	15.001	283.037	298.038	1.152.608	1.450.646	1.207.567	852.011

Do total de empréstimos obtidos junto a **Eletrobras**, para o montante de R\$ 25.447 mil a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 4.004 mil a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Em 2015 foram contratadas duas linhas de crédito junto ao **BNDES** no montante de R\$ 1.203,0 milhões, tendo sido liberados R\$ 476,9 milhões. Os financiamentos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes empréstimos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

Observa-se que não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, à distribuição



de dividendos. Quanto à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia ou na transferência do seu controle acionário, consta, nos contratos de financiamento do BNDES, cláusula sobre as obrigações de se submeter previamente a matéria ao BNDES.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, as obrigações de natureza quirográfaria correspondia ao montante de R\$ 4,7 bilhões (R\$ 4,7 bilhões, em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 5,2 bilhões, em 31 de dezembro de 2013).

As dívidas da Companhia com garantia real, apresentadas em suas demonstrações financeiras, são compostas principalmente por financiamentos e empréstimos junto a Eletrobras e a instituições financeiras, sendo as demais contas a pagar, classificadas como dívidas quirográfarias.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	512.505	35,33%	291.533	24,14%	349.664	41,04%
IPCA	300	0,02%	361	0,03%	429	0,05%
CDI	739.983	51,01%	915.673	75,83%	501.918	58,91%
TJLP	197.858	13,64%	-	-	-	-
Total	1.450.646	100,00%	1.207.567	100,00%	852.011	100,00%
Principal	1.435.645	98,97%	1.191.837	98,70%	850.037	99,77%
Encargos	15.001	1,03%	15.730	1,30%	1.974	0,23%
Total	1.450.646	100,00%	1.207.567	100,00%	852.011	100,00%

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.152.608 mil (R\$ 957.153 mil, em 2014, e R\$ 791.819 mil, em 2013), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	-	183.135
2016	-	281.478	183.020
2017	330.526	280.612	180.606
2018	327.418	277.503	177.498
2019	145.378	95.473	45.473
Após 2019	349.286	22.087	22.087
Total	1.152.608	957.153	791.819

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização
	(R\$) mil	(R\$) mil	
Banco do Brasil	500.000	500.000	100,00%
CEF	400.000	400.000	100,00%
BNDES	727.560	282.223	38,79%
BNDES	475.454	194.825	40,98%
BNB	32.576	15.573	47,81%
BNB	4.865	2.433	50,00%
BNB	388.998	388.998	100,00%
TOTAL	2.529.453	1.784.052	

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2015	2014	2013	2015 x 2014	2014 x 2013
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	373.867	658.063	841.111	2,50	4,40	4,88	(43,19)	(21,76)
Títulos e valores mobiliários	487.871	683.310	1.971.964	3,26	4,56	11,45	(28,60)	(65,35)
Clientes	378.379	364.500	298.542	2,54	2,43	1,73	3,81	22,09
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	1.605.710	1.254.584	-	10,72	7,28	(100,00)	27,99
Tributos e contribuições a sociais	188.180	76.139	95.587	1,26	0,51	0,55	147,15	(20,35)
Cauções e depósitos vinculados	11.010	10.982	10.982	0,07	0,07	0,06	0,26	-
Almoxarifado	83.478	89.382	90.426	0,56	0,60	0,53	(6,61)	(1,15)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	114.207	77.833	74.448	0,76	0,53	0,43	46,73	4,55
Outros	393.763	425.495	440.419	2,63	2,83	2,56	(7,46)	(3,39)
	2.030.755	3.991.414	5.078.063	13,58	26,66	29,48	(49,12)	(21,40)
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Clientes	4.986	8.604	14.334	0,03	0,06	0,08	(42,05)	(39,97)
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	1.455.151	3,26	3,26	8,45	-	(66,48)
Títulos e valores mobiliários	2.945	3.483	3.582	0,02	0,02	0,02	(15,45)	(2,76)
Tributos e contribuições sociais	175.844	164.588	2.110.186	1,18	1,11	12,25	6,84	(92,20)
Cauções e depósitos vinculados	1.023.037	641.895	666.567	6,84	4,29	3,86	59,38	(3,70)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	4.521.524	3.502.660	2.645.459	30,24	23,38	15,36	29,09	32,40
Outros	543.637	796.028	334.434	3,64	5,32	1,94	(31,71)	138,02
	6.759.795	5.605.080	7.229.713	45,21	37,44	41,97	20,60	(22,47)
Investimentos	4.458.421	3.980.860	3.191.947	29,82	26,59	18,53	12,00	24,72
Imobilizado	1.637.476	1.336.306	1.693.536	10,95	8,93	9,83	22,54	(21,09)
Intangível	63.945	58.626	31.930	0,43	0,39	0,19	9,07	83,61
	12.919.637	10.980.872	12.147.126	86,42	73,34	70,52	17,66	(9,60)
TOTAL DO ATIVO	14.950.392	14.972.286	17.225.189	100,00	100,00	100,00	(0,15)	(13,08)

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2015	2014	2013	2015 x 2014	2014 x 2013
PASSIVO E PL								
CIRCULANTE								
Fornecedores	384.549	509.900	444.526	2,57	3,41	2,58	(24,58)	14,71
Folha de pagamento	17.141	15.454	109.302	0,11	0,10	0,63	10,92	(85,86)
Tributos e contribuições sociais	117.670	92.105	87.562	0,79	0,62	0,51	27,76	5,19
Financiamentos e empréstimos	298.038	250.414	60.192	1,99	1,67	0,35	19,02	316,03
Outras provisões operacionais	96.993	103.445	109.722	0,65	0,69	0,64	(6,24)	(5,72)
Remuneração aos acionistas	-	-	34	-	-	-	-	(100,00)
Obrigações estimadas	136.778	122.832	102.167	0,91	0,82	0,59	11,35	20,23
Incentivo ao Desligamento - PIDV	42.676	39.826	166.189	0,29	0,27	0,96	7,16	(76,04)
Benefícios pós-emprego	25.876	91.296	121.025	0,17	0,61	0,70	(71,66)	(24,56)
Encargos setoriais	126.042	136.185	155.935	0,84	0,91	0,91	(7,45)	(12,67)
Outros	59.362	27.600	29.853	0,40	0,18	0,17	115,08	(7,55)
	1.305.125	1.389.057	1.386.507	8,72	9,28	8,04	(6,04)	0,18
NÃO CIRCULANTE								
Tributos e contribuições sociais	84.929	213.095	80.617	0,57	1,42	0,47	(60,15)	164,33
Financiamentos e empréstimos	1.152.608	957.153	791.819	7,71	6,39	4,60	20,42	20,88
Incentivo ao Desligamento - PIDV	66.845	93.029	-	0,45	0,62	-	(28,15)	-
Benefícios pós-emprego	1.130.958	840.574	489.283	7,56	5,61	2,84	34,55	71,80
Encargos setoriais	260.893	257.682	235.348	1,75	1,72	1,37	1,25	9,49
Provisões para contingências	1.660.536	1.482.916	1.404.872	11,11	9,90	8,16	11,98	5,56
Provisão contrato oneroso	247.012	114.724	1.434.251	1,65	0,77	8,33	115,31	(92,00)
Obrigações vinculadas à Concessão	82.240	86.588	90.936	0,55	0,58	0,53	(5,02)	(4,78)
Outros	95.032	13.599	5.641	0,64	0,09	0,03	598,82	141,07
	4.781.053	4.059.360	4.532.767	31,99	27,10	26,33	17,78	(10,44)
P. LÍQUIDO								
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	65,24	65,15	56,63	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	32,88	32,84	28,55	-	-
Outros resultados abrangentes	(1.569.138)	(1.369.514)	(705.357)	(10,50)	(9,15)	(4,09)	14,58	94,16
Lucros/Prejuízos acumulados	(4.252.682)	(3.776.818)	(2.658.880)	(28,45)	(25,23)	(15,44)	12,60	42,05
	8.848.332	9.523.820	11.305.915	59,17	63,61	65,65	(7,09)	(15,76)
Participação de não controladores	15.882	49	-	0,11	-	-	-	-
	8.864.214	9.523.869	11.305.915	59,28	63,61	65,65	(6,93)	(15,76)
TOTAL DO PASSIVO E PL	14.950.392	14.972.286	17.225.189	99,99	100,00	100,00	(0,15)	(13,08)

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, houve uma reclassificação contábil da conta patrimonial *Obrigações Vinculada à Concessão*, que deixou de ser uma conta redutora do Ativo



Imobilizado, para ser uma conta do Passivo Não Circulante, sendo reapresentado desta forma os valores dos Ativo e Passivo totais dos exercícios de 2013 e 2014, para fins comparativos.

Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

ATIVO

Ativo Circulante

Apresentou uma redução de 49,12%, passando de R\$ 3.991.414 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.030.755 mil em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Redução de 43,19% no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 658.063 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 373.867 mil em 31 de dezembro de 2015.

Títulos e Valores Mobiliários

Redução de 28,60% nos títulos e valores mobiliários, de R\$ 683.310 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 487.871 mil em 31 de dezembro de 2015, passando a representar 3,26 % do ativo total em 2015, sendo em 2014 e 2013, 4,56% e 11,45%, respectivamente.

Valores a Receber – Lei nº 12.783/2013

Os valores a receber – Lei nº 12.783/2013, no ativo circulante, apresentaram variação negativa de 100% entre os anos de 2013, 2014 e 2015, conforme demonstrados no quadro abaixo. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

- recebimentos ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015, conforme previsto para serem recebidos mensalmente até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria Interministerial MME/MF nº 580/2012;
- acréscimos da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão;
- atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até data do seu efetivo pagamento.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Anterior	2.093.532	2.709.735	7.456.516
Valores Recebidos	(1.625.575)	(1.041.875)	(5.089.452)
Atualização	519.106	425.672	342.671
Remensuração Cálculo Atualização	(499.241)	-	-
	487.822	2.093.532	2.709.735
Circulante	-	1.605.710	1.254.584
Não-Circulante	487.822	487.822	1.455.151
	487.822	2.093.532	2.709.735

O ativo não circulante apresentou um aumento de 17,66%, passando de R\$ 10.980.872 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 12.919.637 mil em 31 de dezembro de 2015. As principais variações foram:

Realizável a Longo Prazo: Cauções e depósitos vinculados

Aumento de 59,38% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 641.895 mil registrado em 2014 para R\$ 1.023.037 mil em 2015, variação esta motivada, em grande parte, pelo bloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no âmbito do processo do Fator K.

Realizável a Longo Prazo: Ativo financeiro - concessões de serviço público

Aumento de 29,09%, passando de R\$ 3.502.660 mil em 2014 para R\$ 4.521.524 mil em 2015.

Investimentos

A conta de Investimentos apresentou um crescimento de participação no ativo total da Companhia bastante significativo, sendo 18,53%, em 2013, 26,59%, em 2014 e 29,82% em 2015, decorrente de aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico, que atingiram os montantes de R\$ 915.680 mil em 2013, R\$ 1.138.298 mil em 2014 e R\$ 981.770 mil em 2015. Em 2015, houve capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital em SPEs de R\$ 84.760 mil.

Imobilizado

Aumento de 22,54% no imobilizado entre os anos de 2014 e 2015, passando de R\$ 1.336.306 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.637.476 mil em 31 de dezembro de 2015, decorrente da consolidação das SPEs Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A. e Tamanduá Mirim 2 Energia S.A., a partir de 2015, bem como, novos investimentos corporativos e constituição provisão para impairment.

PASSIVO

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante reduziu 6,04%, passando de R\$ 1.389.057 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.305.125 mil em 31 de dezembro de 2015. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Fornecedores

Redução de 24,58% na conta de fornecedores, passando de R\$ 509.900 mil em 2014 para R\$ 384.549 mil em 2015, reflexo principalmente das medidas tomadas para redução de custos com contratação de materiais e serviços.

Remuneração aos Acionistas

Não houve contabilização de dividendos a pagar nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, em função do saldo de prejuízos acumulados registrados desde 2012.

Benefícios Pós-emprego

A rubrica benefícios pós-emprego apresentou redução de 71,66% no curto prazo, passando de R\$ 91.296 mil em 2014 para R\$ 25.876 mil em 2015.



Incentivo ao Desligamento - PIDV

A provisão realizada na conta de Incentivo ao Desligamento – PIDV, que representou no ano de 2015, 0,29% do passivo total, refere-se ao programa de incentivo ao desligamento de empregados realizado em 2013. Para fazer face aos gastos com os incentivos financeiros, bem como, com o plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, que será pago pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015, a Companhia possui registrado, no exercício de 2015 o montante de R\$ 42.676 mil (R\$ 39.826 mil, em 2014).

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou aumento de 17,78%, passando de R\$ 4.059.360 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 4.781.053 mil em 31 de dezembro de 2015. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

Financiamentos e Empréstimos

Aumento de 20,42% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 957.153, em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.152.608 mil, em 31 de dezembro de 2015, decorrente da contratação de novos empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Incentivo ao Desligamento - PIDV

A rubrica *Incentivo ao Desligamento – PIDV*, no passivo não circulante, representa 0,45% do passivo total em 2015, cujo montante registrado é de R\$ 66.845 mil (R\$ 93.029 mil, em 2014).

Benefícios Pós-emprego

A rubrica benefícios pós-emprego apresentou aumento de 34,55%, passando de R\$ 840.574 mil em 2014 para R\$ 1.130.958 mil em 2015.

Provisões para Contingências

Aumento de 11,98% na conta de provisões para contingências, passando de R\$ 1.482.916 mil, em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.660.536 mil, em 31 de dezembro de 2015, esta variação é decorrente, principalmente, de registro de novos processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

Provisão Contrato Oneroso

Aumento de 115,31% na rubrica de provisão contrato oneroso, passando de R\$ 114.724 mil, em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 247.012 mil, em 31 de dezembro de 2015, decorrente do teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos superiores aos custos necessários para satisfazerem suas obrigações. A variação ocorrida foi decorrente principalmente das provisões constituídas nas linhas de transmissão cujas premissas utilizadas contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão autorizadas pela Resolução nº 1.918, de 23 de junho de 2015, a uma taxa de desconto de 7,00% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

Ao final de cada exercício, as Demonstrações da Companhia apresentaram as seguintes provisões:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Camaçari	80.441	91.122	267.117
Itaparica	-	-	863.146
Jirau	-	-	303.988
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	5.353	7.397	-
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	10.128	5.006	-
Linha de transmissão - Irecê/Morro do Chapéu	-	625	-
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	51.024	7.657	-
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	99.080	2.917	-
Linha de transmissão - Pólo	986	-	-
Total	247.012	114.724	1.434.251

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou redução de 6,93%, passando de R\$ 9.523.869 mil, em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 8.864.214 mil, em 31 de dezembro de 2015, em decorrência do resultado negativo individual da Companhia apurado no valor de R\$ 475.992 mil, elevando os prejuízos acumulados de R\$ 3.776.818 mil, em 2014, para R\$ 4.252.682 mil, em 2015. Aliado a isto, houve variação negativa de R\$ 199.624 mil, em Outros Resultados Abrangentes (perda de R\$ 664.157 mil, em 2014), decorrente de obrigações atuariais de benefícios pós-emprego.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2014	2014	2013	2015 x 2014	2014 x 2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.774.253	4.210.011	4.787.434	100,00	100,00	100,00	13,40	(12,06)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(734.391)	(646.576)	(688.951)	(15,38)	(15,36)	(14,39)	13,58	(6,15)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.039.862	3.563.435	4.098.483	84,62	84,64	85,61	13,37	(13,05)
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(346.350)	(620.038)	(682.356)	(7,25)	(14,73)	(14,25)	(44,14)	(9,13)
Encargos de uso da rede elétrica	(673.906)	(732.110)	(796.324)	(14,12)	(17,39)	(16,63)	(7,95)	(8,06)
Custo de operação								
Pessoal, material e serviços de terceiros	(453.389)	(417.364)	(404.274)	(9,50)	(9,91)	(8,44)	8,63	3,24
Combustíveis para a produção de energia	(176.425)	(362.811)	(730.443)	(3,70)	(8,62)	(15,26)	(51,37)	(50,33)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.691)	(12.055)	(19.504)	(0,20)	(0,29)	(0,41)	(19,61)	(38,19)
Depreciação e amortização	(34.302)	(36.359)	(37.702)	(0,72)	(0,86)	(0,79)	(5,66)	(3,56)
Provisão (reversão) contrato oneroso	(132.288)	1.319.527	869.305	(2,77)	31,34	18,16	(110,03)	51,79
Outros	46.798	51.107	30.939	0,98	1,21	0,65	(8,43)	65,19
	(1.779.553)	(810.103)	(1.770.359)	(37,27)	(19,24)	(36,98)	119,67	(54,24)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(1.283)	(1.887)	(1.308)	(0,03)	(0,04)	(0,03)	(32,01)	44,27
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(999.995)	(984.827)	(939.590)	(20,95)	(23,39)	(19,63)	1,54	4,81
LUCRO BRUTO	1.259.031	1.766.618	1.387.226	26,37	41,96	28,98	(28,73)	27,35
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.891.480)	(1.587.572)	(2.597.709)	(39,62)	(37,71)	(54,26)	19,14	(38,89)



RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(632.449)	179.046	(1.210.483)	(13,25)	4,25	(25,28)	(453,23)	(114,79)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(16.566)	(168.718)	65.378	(0,35)	(4,01)	1,37	(90,18)	(358,07)
RESULTADO FINANCEIRO	66.029	649.730	416.247	1,38	15,43	8,69	(89,84)	56,09
Resultado Operacional	(582.986)	660.058	(728.858)	(12,21)	15,68	(15,22)	(188,32)	(190,56)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.665)	(29)	-	(0,56)	(0,00)	-	91.848,28	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133.659	(1.777.967)	262.792	2,80	(42,23)	5,49	(107,52)	(776,57)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(475.992)	(1.117.938)	(466.066)	(9,97)	(26,55)	(9,74)	(57,42)	139,87
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES	(475.864)	(1.117.938)	(466.066)	(9,97)	(26,55)	(9,74)	(57,43)	139,87
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS NÃO CONTROLADORES	(128)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(8,51)	(20,00)	(8,34)					

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão n.º 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.



Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, o que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão; e a renovação dos contratos com consumidores industriais nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677/2015 de 22 de junho de 2015.

Cenário Econômico

Condições Macroeconômicas Brasileiras

A Chesf é afetada pelas condições da economia brasileira. O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por uma desaceleração, aliada à retração da indústria, alta na inflação e à baixa taxa de investimentos.

Em 2013, o PIB apresentou aumento de 2,3%, apesar da pressão crescente sobre os países emergentes. O IPCA apresentou o valor máximo de 5,9%, influenciado principalmente por fatores internos, tais como os preços de alimentos, bebidas e transporte. Quanto à política monetária, frente ao aumento da pressão inflacionária, o Banco Central aumentou progressivamente a taxa Selic a partir de abril de 2012, aumentando a taxa Selic em 37,93% ao longo do ano; de 7,25% em 01 de janeiro de 2013; e depois para 10,00% em 31 de dezembro de 2013.

Em 2014, na primeira reunião do Copom, realizada em 15 de janeiro de 2014, a taxa Selic atingiu 10,50%, alcançando 11,75%, em 31 de dezembro de 2014. O IPCA divulgado atingiu 6,41%, refletindo a maior inflação dos últimos três anos, apesar de estar abaixo do teto da meta estabelecido pelo governo de 6,50%, permaneceu acima da meta de 4,50% fixada pelo Conselho Monetário Nacional, influenciado principalmente pelas tarifas de energia elétrica e alimentos mais caros.

Em 2015, a economia se mantém em recessão técnica após as seguidas variações trimestrais negativas. As estimativas do mercado indicam uma forte contração de 3,75% no PIB, que pode ser a maior em mais de duas décadas. O recuo da demanda foi mais intenso que o previsto e o investimento seguiu a tendência de queda que persiste já há dois anos, agravada ao longo de



2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 10,67%, a taxa mais elevada desde 2003, decorrente de ajustes nos preços administrados dos serviços e produtos, tais como combustíveis e energia elétrica, aumento da cotação do dólar nominal e continuidade de alta nos preços de serviços, tais como saúde e educação.

Apesar das medidas adotadas pelo Governo para aquecer a economia, estas não foram suficientes para alavancar o PIB brasileiro, ficando a economia brasileira marcada com um desempenho menos expressivo no consumo, queda da produção industrial, redução do nível de investimento, deterioração da balança comercial e pressões inflacionárias.

Embora a economia esteja com baixa perspectiva de crescimento, no que tange às perspectivas do mercado de energia, as projeções divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentam expansão no consumo nacional de energia elétrica, nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 3,9% ao ano, para o período 2014-2024. Este desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (5,1% a.a), residencial (4,1% a.a.) e industrial (3,0% a.a.).

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No Ano de 2015, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 476,0 milhões, contra um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões em 2014. Apesar de negativo, houve avanços em alguns itens, reflexo das medidas tomadas visando a retomada da lucratividade, tais como, aumento de receita operacional, redução de alguns custos e despesas operacionais e melhoria no Ebtida.

No Ano de 2014, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões, contra um prejuízo de R\$ 466,1 milhões de 2013. Apesar da redução de 12,06% da Receita Operacional Bruta, a Companhia conseguiu reduzir 36,25% dos custos e despesas operacionais, tendo como destaque a reversão de contrato oneroso em 51,79%, o que contribuiu para a obtenção de um resultado operacional positivo de R\$ 660,1 milhões no exercício.

No Ano de 2013, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões de 2012. Este prejuízo foi decorrente, principalmente, da variação negativa 44,7% na receita de fornecimento/suprimento de energia elétrica, causada pela redução no preço da energia em razão da renovação antecipada das concessões e do aumento de 19,0% dos custos e despesas operacionais, decorrentes principalmente do aumento nos gastos com pessoal da ordem de 78,5% em relação ao ano anterior, em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV.

A Companhia vem sofrendo impactos no resultado decorrente da edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que estabeleceu as regras para a renovação antecipada das concessões do setor elétrico vincendas em 2015 e 2017, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica a partir de janeiro de 2013.

Em 2015, a Companhia registrou R\$ 66,0 milhões no resultado financeiro, o que representa uma queda de 89,84% em relação a 2014, decorrente principalmente da redução das aplicações financeiras e da remensuração dos valores a receber, referente às indenizações dos ativos renovados. Já em 2014 e 2013, foi registrado R\$ 649,7 milhões e R\$ 416,2 milhões, respectivamente no resultado financeiro, tendo forte contribuição dos rendimentos de aplicação financeira e do registro positivo da atualização dos valores a receber das indenizações dos ativos objeto da renovação antecipada das concessões, nos valores de R\$ 425,7 milhões e R\$ 342,7 milhões, respectivamente.

(R\$ milhões)

Receitas (despesas) financeiras	2015	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	138,1	243,4	16,8
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	110,3	62,5	56,8
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(143,4)	(131,5)	(40,2)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,9)	(0,7)	(0,6)
Juros sobre remuneração aos acionistas	-	-	-
Atualização de valores a receber	(70,6)	425,7	342,7
Outras receitas (despesas) financeiras	32,5	50,3	40,7
(=) Resultado financeiro líquido	66,0	649,7	416,2

Em **2015**, apesar dos esforços da administração da Companhia na redução dos seus custos, refletido principalmente na diminuição da Energia elétrica comprada para revenda [-44,14% (R\$ 273,6 milhões)]; na diminuição dos Combustíveis para a produção de energia [-51,37% (R\$ 186,4 milhões)]; e dos esforços para incremento de receita, refletido no aumento do Fornecimento direto as indústrias [+33,72% (R\$ 299,0 milhões)], decorrente da renovação dos contratos com consumidores industriais; aumento da receita do Sistema de Transmissão [+20,06% (R\$ 153,6 milhões)] decorrente de atualização, de reforços de linha de transmissão e novas entradas de ICG na conexão; aumento na receita CCEE [+46,52% (R\$ 70,9 milhões)] devido a alocação de energia no 1º semestre de 2015, houve um aumento significativo nos custos decorrentes de estimativas, refletido na Provisão contrato oneroso/impairment (aumento de R\$ 1.386,1 milhões); e no aumento da Provisão para contingência, [+127,10% (R\$ 197,9 milhões)], decorrente da constituição de honorários de sucumbência e atualização do processo decorrente do Fator k.

	31/12/2015			31/12/2014	31/12/2013	Análise Horizontal (%)	
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total	Total	2015 x 2014	2014 x 2013
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	-	346.350	620.038	682.356	(44,14)	(9,13)
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	-	673.906	732.110	796.324	(7,95)	(8,06)
Custo de construção	999.995	-	999.995	984.827	939.590	1,54	4,81
Pessoal	349.303	584.738	934.041	871.274	1.521.820	7,44	(42,87)
Material	10.258	15.359	25.617	25.571	25.029	0,19	2,16
Combustíveis para a produção de energia	176.425	-	176.425	362.811	730.443	(51,37)	(50,33)
Serviços de terceiros	95.111	123.493	218.604	198.158	177.617	10,41	11,47
Depreciação e amortização	34.302	72.263	106.565	105.230	104.645	1,27	0,56
Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos	9.691	-	9.691	12.055	19.504	(19,61)	(38,19)
Reversão contrato oneroso	132.288	-	132.288	(1.319.527)	(869.305)	(110,03)	51,79
Benefício pós-emprego	-	123.537	123.537	105.121	110.199	17,52	(4,61)
Arrendamentos e aluguéis	5.689	13.965	19.654	16.691	16.166	17,75	3,25
Tributos	454	13.121	13.575	12.196	4.709	11,31	158,99
Provisões para contingências	-	353.602	353.602	155.666	40.613	127,15	283,29
Provisão para impairment	-	377.515	377.515	443.197	620.274	(14,82)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	84.815	84.815	39.547	43.370	114,47	(8,81)
Perdas com clientes	-	58.560	58.560	17.385	9.794	236,84	77,51
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	-	-	(246.915)	246.915	(100,00)	-
Outras provisões operacionais	-	48.026	48.026	68.368	97.546	(29,75)	(29,91)

Outros	(52.941)	22.486	(30.455)	180.586	(8.643)	(116,68)	(2.212,96)
Total	2.780.831	1.891.480	4.672.311	3.384.389	5.308.966	38,05	(36,25)

A **receita operacional bruta** da Chesf, em 2015, atingiu o montante de R\$ 4.774,3 milhões, representando aumento de 13,40% em relação aos R\$ 4.210,0 milhões de 2014. Contribuíram para essa variação positiva: o aumento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica de 13,03% (R\$ 291,1 milhões), o aumento da receita de operação e manutenção do sistema de transmissão de 20,06% (R\$ 153,6 milhões), e o aumento da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo em 46,55% (R\$ 70,9 milhões). No período de 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -5,7%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 734,4 milhões no ano de 2015 (13,58% em relação a 2014). Deste total, R\$ 491,4 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 25,87% em relação a 2014), e R\$ 243,0 milhões a encargos regulatórios (redução de 5,15% em relação a 2014). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2011 a 2015 foi negativa de -5,3%.

A **receita operacional líquida (ROL)**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou variação positiva de 13,37%, ou seja, um acréscimo de R\$ 476,5 milhões em relação à obtida no ano de 2014. A ROL foi de R\$ 4.039,9 milhões em 2015 contra R\$ 3.563,4 milhões em 2014. De 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -5,7%.

Os **custos e despesas operacionais** somaram R\$ 4.672,3 milhões em 2015, apresentando um aumento de 38,05% em relação ao ano anterior. Apesar dos esforços da administração da Companhia na redução dos seus custos, refletido principalmente na diminuição da Energia elétrica comprada para revenda [-44,14% (R\$ 273,6 milhões)] e na diminuição dos Combustíveis para a produção de energia [-51,37% (R\$ 186,4 milhões)], houve um aumento significativo nos custos decorrentes de estimativas, refletido na Provisão contrato oneroso/impairment (aumento de R\$ 1.386,1 milhões) e no aumento da Provisão para contingência, [+127,10% (R\$ 197,9 milhões)], decorrente da constituição de honorários de sucumbência e atualização do processo decorrente do Fator k.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o **resultado do serviço (EBIT)** foi negativo em R\$ 632,4 milhões, redução de R\$ 811,4 milhões em relação ao montante positivo de R\$ 179,0 milhões obtido em 2014. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida), passou de 5,02% em 2014, para -15,65% em 2015, uma variação de 20,68 pontos percentuais.

No ano de 2015, os **investimentos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 921,4 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 72,6 milhões em geração de energia; R\$ 765,3 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 23,1 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 60,4 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -5,6%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA foi de R\$ 546,5 milhões em 2015, ante a R\$ -72,1 milhões em 2014. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a receita operacional líquida) foi de 13,53%, ante a -2,02% obtida em 2014, representando uma recuperação de 15,55 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2015 foi de R\$ 1.312,3 milhões, contra R\$ 2.259,4 milhões gerados em 2014, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (59,21%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (61,63%); juros aos financiadores (15,43%); e prejuízo aos acionistas (-36,27%).



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2015, 35,33% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (24,14%, em 2014). Mais da metade, 51,01%, foram indexados pelo CDI (75,83%, em 2014). Ainda em 2015, 13,64% dessas obrigações foram indexadas pela taxa de juros de longo prazo, e apenas 0,02% do endividamento total de R\$ 1,5 bilhões (R\$ 1,2 bilhão em 2014) foram reajustados pelo IPCA.

Consequentemente, a exposição da Chesf a risco de inflação era de apenas R\$ 300 mil, em 31 de dezembro de 2015. Cada variação de 1,0% no IPCA teria um impacto de R\$ 3 mil no resultado financeiro da Companhia. Variações na taxa de juros podem impactar a inflação e, portanto, pode indiretamente expor a Chesf a mudanças das taxas de juros que podem representar elevações no custo de seus financiamentos.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Em 2014, a Companhia adquiriu o controle das SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I e II, quais sejam, *Acauã Energia S.A.*, *Angical 2 Energia S.A.*, *Arapapá Energia S.A.*, *Caititú 2 Energia S.A.*, *Caititú 3 Energia S.A.*, *Carcará Energia S.A.*, *Corrupião 3 Energia S.A.*, *Teiú 2 Energia S.A.*, *Coqueirinho 2 Energia S.A.* e *Papagaio Energia S.A.*, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Em 2015 a Companhia adquiriu o controle da SPE *Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.* (Complexo Eólico Pindaí III), também mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento.

Ainda em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE *Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.*, faltando apenas a aprovação do DEST para a conclusão da operação. A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início do mesmo, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão



de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 1.181,9 milhões em 2013, R\$ 1.477,6 milhões em 2014, e R\$ 1.352,5 milhões em 2015.

As Sociedades de Propósito Específico, nas quais a Companhia tem participação, encontram-se discriminadas a seguir:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	49,00%	27/10/2003
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	03/04/2007
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008
Manaus Construtora Ltda	19,50%	30/01/2009
ESBR Participações S.A.	20,00%	12/02/2009
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010
Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010
São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010
Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	07/07/2011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	12/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	13/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	14/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	15/03/2012
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Companhia Energética SINOP S.A	24,50%	28/10/2013
Acauã Energia S.A	99,93%	14/11/2013
Angical 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Arapapá Energia S.A	99,90%	14/11/2013
Caititu 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Caititu 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Carcará Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Corrupião 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Teiú 2 Energia S.A	99,95%	14/11/2013
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Mussambê Energética S.A	49,00%	18/11/2013

Morro Branco I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	49,00%	22/11/2013
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Baraúnas II Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Banda de Couro Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Eólica Serra das Vacas III S.A	49,00%	17/01/2014
Eólica Serra das Vacas IV S.A	49,00%	17/01/2014
Coqueirinho 2 Energia S.A	99,98%	03/02/2014
Papagaio Energia S.A	99,96%	03/02/2014
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A	83,01%	03/02/2014
Eólica Serra das Vacas I S.A	49,00%	21/02/2014
Eólica Serra das Vacas II S.A	49,00%	21/02/2014
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	08/05/2014
VamCruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	08/05/2014
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	08/10/2015

O saldo contábil dos investimentos em SPE ao término dos três últimos exercícios foram os seguintes:

Participações Societárias	R\$ mil		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	176.941	163.434	195.154
Energética Águas da Pedra S.A.	103.307	89.580	92.842
Integração Transmissora de Energia S.A.	42.084	41.064	38.152
Manaus Transmissora de Energia S.A.	244.950	215.793	207.038
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	489.031	444.155	371.044
ESBR Participações S.A.	1.396.062	1.453.682	1.376.070
Manaus Construtora Ltda	7.449	4.724	3.533
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.236	28.013	49.829
Norte Energia S.A.	1.042.090	804.066	631.824
Sete Gameleiras S.A.	22.888	20.799	20.243
São Pedro do Lago S.A.	16.423	16.268	15.118
Pedra Branca S.A.	17.592	14.256	14.096
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	181.526	98.659
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	36.079	7.180	1.505
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	-	18.824	5.193
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	-	19.087	5.285
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	20.976	5.280
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	14.106	3.399
VamCruz I Participações S.A.	73.368	-	-
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	-	16.904	7.690

Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	-	16.185	7.690
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	-	14.890	7.690
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	-	18.711	7.690
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	-	16.498	7.690
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	-	18.505	7.690
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	-	17.364	7.690
Chapada do Piauí I Holding S.A.	109.497	-	-
Baraúnas I Energética S.A	17.356	(27)	-
Mussambê Energética S.A	21.724	19.955	-
Morro Branco I Energética S.A	17.019	15.549	-
Baraúnas II Energética S.A	585	615	-
Banda de Couro Energética S.A	928	961	-
Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	14.925	-
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	14.405	-
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	14.023	-
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	14.524	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	-	-
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	-	17.774	-
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	-	20.000	-
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	-	16.926	-
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	-	17.774	-
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	-	17.774	-
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	-	17.774	-
Chapada do Piauí II Holding S.A.	142.187	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	89.526	87.047	-
Acauã Energia S.A	34.280	7.674	-
Angical 2 Energia S.A	51.102	12.722	-
Arapapá Energia S.A	19.621	5.123	-
Caititu 2 Energia S.A	47.531	12.722	-
Caititu 3 Energia S.A	43.776	12.722	-
Carcará Energia S.A	49.658	11.996	-
Corrupião 3 Energia S.A	52.299	12.722	-
Teiú 2 Energia S.A	39.464	10.185	-
Coqueirinho 2 Energia S.A	90.872	21.415	-
Papagaio Energia S.A	57.646	13.375	-
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A	76.607	10.435	-
	5.053.524	4.097.680	3.188.094

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as



interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2015, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2015 a Companhia passou a consolidar em suas Demonstrações Financeiras os seus investimentos nas SPEs *Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.* e *Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.*

A Companhia, em 31/12/2014, apresentou as suas Demonstrações Financeiras de forma consolidada, visto que a partir de 29/10/2014 passou a exercer o controle das Sociedades de Propósito Específico componentes dos Complexos Eólicos Pindaí I e Pindaí II.

A partir de 2013, com base nas modificações introduzidas no pronunciamento contábil CPC 19 (R2), de 23 de novembro de 2012, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto passaram a ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, tão somente, por meio do método da equivalência patrimonial não mais apresentando as Demonstrações Financeiras pelo critério de consolidação proporcional.

No procedimento anterior, os saldos das contas contábeis das empresas controladas em conjunto eram refletidos de forma proporcional nas respectivas contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Chesf. Com o novo procedimento, sem a consolidação proporcional, esses efeitos passaram a ser refletidos em uma conta patrimonial representativa do referido investimento, e, no resultado, nas contas de ganhos ou de perdas de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das empresas controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a uniformização das políticas adotadas pela Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, datado de 28 de março de 2016, contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17 (a), em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

(Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, totalizam R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter

os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Sento Sé III, Chapada do Piauí II Holding S.A., e Eólica Serra das Vacas Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, 24,5% e as demais investidas com 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 2.069.872 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.”

Quanto à **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador”**, a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia, em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão –

RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Continuidade operacional de empresas investidas**”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, datado de 26 de março de 2015, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas. Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, montam a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Nossa conclusão não contém ressalvas em função desse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 28.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e conseqüente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A. e Manaus Transmissora S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Piauí I e Complexo Eólico Piauí II, nas quais a Companhia participa com 20%, 19,5% e ambas 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 943.137 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressaltada em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17.a), em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas demonstrações financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador”**, a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia, em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Continuidade operacional de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas



visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a "**Lei Anticorrupção Brasileira**".

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, datado de 26 de março de 2014, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência

Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega à ANEEL que terá 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013, e a partir da manifestação, estas possuem 180 dias para submeter à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais**”, a Diretoria entende que as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às demonstrações financeiras separadas divergem das práticas constantes nas Normas Internacionais emitidas pelo IFRS no tocante a avaliação dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Já as práticas previstas nas normas internacionais emitidas pelo IFRS preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de custo ou valor justo.

Os diretores da Companhia entendem que esta diferença entre a prática adotada no Brasil e a prática disposta nas normas internacionais emitidas pelo IFRS não traz impacto relevante na apresentação das Demonstrações Financeiras.

Quanto aos parágrafos de ênfase acima, referente aos “**Impactos da Lei 12.783/2013**”, a Diretoria entende que a Companhia será ressarcida dos valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente, observado, porém, que o referido ressarcimento, depende da homologação final do poder concedente.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013, decorrente da audiência pública 101/2013, estabeleceu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição dos Ativos existentes em 31/05/2000 considerados não depreciados (RBSE e RPC) para fins de indenização às concessionárias de transmissão e, no âmbito de geração, a Resolução Normativa nº 596/2013, o fez, como resultado da Audiência Pública nº 092/2013. No entanto, os cálculos das indenizações ainda serão homologados pela Aneel.

Com relação a geração, a Diretoria da Aneel, no mês de junho de 2013, determinou nova alteração de prazo para apresentação dos documentos relativos à comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados e não indenizados, fixando-o para até no máximo 31 de dezembro de 2015.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes,



planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão

de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- **Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público** - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como
 - i. arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2015, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2015, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 13.115, de 20/04/2015, e revisado através da Lei nº 13.225, de 23/12/2015. A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
Descrição	Realização 2015
INFRAESTRUTURA	60.448
Manutenção de bens imóveis	7.551
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	6.707
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	46.190
GERAÇÃO	72.626
Manutenção sistema de geração de energia	61.790
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	6.917
Implantação de Parques Eólicos Futuros	2.970
Implantação de parque solar em Petrolina	949
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	-
Ampliação do sistema de geração de energia	-
Centrais Solares Futuras	-
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	23.072
TRANSMISSÃO	765.299
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	391.412
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	229.436
Manutenção do sistema da transmissão	138.845
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	5.606
TOTAL GERAL	921.445

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2016, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.255, de 14/01/2016, o valor total de R\$ 832.753 mil, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
Descrição	Dotação Orçamentária 2016
INFRAESTRUTURA	81.302
Manutenção de bens imóveis	7.372
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	10.858
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	63.072
GERAÇÃO	151.106
Manutenção sistema de geração de energia	46.603
Implantação de Parque Eólico Casa Nova	24.625
Implantação de Parques Eólicos Futuros	74.828
Implantação de parque solar em Petrolina	3.850
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	100
Ampliação do sistema de geração de energia	100
Centrais Solares Futuras	1.000
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	24.223
TRANSMISSÃO	576.122
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	217.556
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	259.308
Manutenção do sistema da transmissão	99.158
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	100
TOTAL GERAL	832.753

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão.

Nos anos de 2015 e 2014, a Companhia não participou nos leilões de novos empreendimentos de geração e de transmissão de energia promovidos pela Aneel.

No ano de 2013, a Companhia participou e obteve sucesso em diversos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

Empreendimentos Corporativos:

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 2 parques eólicos com 52 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- Casa Nova II
- Casa Nova III

Empreendimentos em Sociedade:

No Leilão de Energia Aneel nº 06/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Sinop, a ser construída no rio Teles Pires em Mato Grosso, num total de 400 MW, cuja participação da Chesf é de 24,5%.



No Leilão de Energia Aneel nº 05/2013 (LER), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 18 parques eólicos, sendo eles:

7 parques no Estado do Piauí, com 210 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana IX
- UEE Ventos de Santa Joana X
- UEE Ventos de Santa Joana XI
- UEE Ventos de Santa Joana XII
- UEE Ventos de Santa Joana XIII
- UEE Ventos de Santa Joana XV
- UEE Ventos de Santa Joana XVI

11 parques no Estado da Bahia, com 191,1 MW:

- UEE Baraúnas I
- UEE Mussambê
- UEE Morro Branco I
- UEE Acauã
- UEE Angical 2
- UEE Arapapá
- UEE Caititu 2
- UEE Caititu 3
- UEE Carcará
- UEE Corrupião 3
- UEE Teiú 2

No Leilão de Energia Aneel nº 09/2013 (A-3), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 12 parques eólicos, sendo eles:

6 parques no Estado do Piauí, com 180 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana I
- UEE Ventos de Santa Joana III
- UEE Ventos de Santa Joana IV
- UEE Ventos de Santa Joana V
- UEE Ventos de Santa Joana VII
- UEE Ventos de Santo Augusto IV

4 parques no Estado de Pernambuco, com 120 MW:

- UEE Serra das Vacas I
- UEE Serra das Vacas II
- UEE Serra das Vacas III
- UEE Serra das Vacas IV

2 parques no Estado da Bahia, com 38 MW:

- UEE Coqueirinho 2
- UEE Papagaio

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de mais 3 parques eólicos, com 75,3 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- UEE Banda de Couro
- UEE Baraúnas II
- UEE Tamanduá Mirim 2



ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: recursos financeiros existentes decorrentes das indenizações, geração de caixa nas suas operações, financiamentos contratados e a contratar e dividendos recebidos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento nem previsão para sua realização.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Apenas o descrito no item a.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2016.

São indicados para composição do Conselho de Administração: Armando Casado de Araújo, Fernando de Andrade Neves, Fernanda Cardoso de Amado, José Carlos de Miranda Farias, Paulo César Magalhães Domingues, Virgínia Parente de Barros.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

12.5 Informações dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Armando Casado de Araújo	05/05/1955	Administrador de Empresas	671.085.208-34	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	6
Fernando de Andrade Neves	12/06/1964	Graduado em Comunicação Social/Relações Públicas	318.871.474-20	Membro do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Operador de Instalação	Não – Eleito pelos empregados	Não	1
Fernanda Cardoso Amado	26/03/1982	Advogada	096.820.117-28	Membro do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	2
José Carlos de Miranda Farias	19/09/1951	Engenheiro Eletricista	090.244.174-49	Membro do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Diretor-Presidente	Sim	Não	2
Paulo César Magalhães Domingues	04/07/1961	Engenheiro Civil	382.760.546-68	Membro do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	1
Virgínia Parente de Barros	11/05/1960	Economista	289.703.221-91	Membro do Conselho de Administração	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	5

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Armando Casado de Araújo - Presidente do Conselho de Administração

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília. Possui curso de especialização em Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ, MBA Executivo em Finanças, Pós-Graduação pelo IBMEC e APG MBA Executivo Internacional pela Amana-Key. Tem mais de 30 anos de experiência no setor elétrico nacional. Na Eletrobras, desde junho de 2008, exerceu a função de Assistente e Substituto do Diretor Financeiro e atualmente é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. É Presidente do Conselho de Administração da Chesf desde dezembro de 2011, como também da Eletrobras CGTEE. Foi representante da Eletrobras Eletronorte atuando como Presidente da Companhia Integração Transmissão de Energia S.A. entre 2006 e 2007. Foi



funcionário da subsidiária Eletrobras Eletronorte, em 1977, onde exerceu as funções de Superintendente de Orçamento, Superintendente Financeiro e Assistente do Diretor Financeiro.

Fernando de Andrade Neves - Membro do Conselho de Administração

Graduado em Comunicação Social/Relações Públicas pela Escola Superior de Relações Públicas – ESURP; técnico em Eletrotécnica pela CEESU e MBA em Planejamento e Gestão Ambiental pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE. É membro do Conselho de Administração, eleito representante dos empregados em 2016. Ingressou na Chesf como Operador de Instalação em 1984, exercendo esta função até hoje. Foi Delegado de Base do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco – Sindurb-PE, de 1988 a 1992; é Diretor do Sindurb-PE e Secretário de Energia da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste-FRUNE, desde 2004 e Vice-Presidente de Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários-CNU, desde 2015.

Fernanda Cardoso Amado – Membro do Conselho de Administração

Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ, com Pós-Graduação em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, com especialização profissional em "Gestión del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos" e "Mercados de Suelo Informales y Regularización de Asentamientos em América Latina", ambas pelo Lincoln Institute of Land Policy - Cambridge/MA-EUA. Eleita membro do Conselho de Administração pela 67ª AGO realizada em 29/04/2015. Desde 2011, exerce a função de Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. É membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Exerceu anteriormente as seguintes funções: na Secretaria do Patrimônio da União/MPOG foi Coordenadora Geral-Substituta entre 2009 e 2011, e Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Habitação e Regularização Fundiária em 2009; na Secretaria Executiva e de Planejamento da Prefeitura Municipal de Niterói, foi Subsecretária Executiva e de Planejamento entre 2007 e 2008; no Núcleo de Regularização Fundiária – NURF/Prefeitura Municipal de Niterói foi advogada em 2007; no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos NEPHU/UFF/Universidade Federal Fluminense atuou em estudos e elaboração de projetos de política urbana entre 2006 e 2007.

José Carlos de Miranda Farias - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Pós-Graduação em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com cursos de extensão na Universidade de Oxford, e de Regulação de Mercados de Energia Elétrica promovido pelo Banco Mundial e realizado na Califórnia – EUA. Foi Diretor de Estudos da Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE de fevereiro de 2005 a junho de 2015. Eleito Diretor-Presidente da Chesf pela 477ª RCA, realizada em 19/06/2015, assim como foi indicado pela controladora como membro do Conselho de Administração. Ingressou como Engenheiro Eletricista na Chesf em 1976, e ocupou vários cargos gerenciais, dentre eles a Superintendência de Planejamento da Expansão e a Superintendência de Comercialização de Energia. Foi membro do Grupo Técnico de Reestruturação do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia, que subsidiou a elaboração das Leis e Decretos do atual modelo do setor elétrico; do Comitê Técnico do Mercado Atacadista de Energia – MAE; e do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

Paulo Cesar Magalhães Domingues - Membro do Conselho de Administração

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília - UnB, em 1986, com Especialização em Planejamento e Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas pela antiga Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, atual UNIFEI, em 1988. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2003. Foi engenheiro da THEMAG no período de 1986 a 1989, trabalhando na área de estudos de inventário e viabilidade de usinas hidrelétricas. Trabalhou na Eletronorte de 1989 a 2011 onde exerceu os cargos de Engenheiro de Projeto, Engenheiro de Planejamento, Gerente de Planejamento Energético e Superintendente de Planejamento da Expansão. Desde 2011 é Diretor do Departamento de

Virgínia Parente de Barros - Membro do Conselho de Administração

Formada em Economia pela Universidade de Brasília – UNB; Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Doutora em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – FGV/SP, com Intercâmbio de Doutorado pela Universidade de Nova York; Pós-Doutora em Energia com foco em regulação pela Universidade de São Paulo - USP. É Diretora do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético - SBPE, que reúne várias universidades e centros de pesquisa em energia. . É membro do Conselho de Administração da Chesf desde 2012. Desde 2013, é Vice-Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Política e Regulação de Emissões de Carbono (NUPPREC). Em 2005, ingressou como Professora Doutora do IEE-USP, atuando no Programa de Pós-Graduação em Energia e, também, nas Graduações da FEA e da Poli/USP. Nos últimos anos, como professora concursada da USP, vem atuando em ensino, pesquisa e extensão, incluindo atividades de consultoria nas áreas de Finanças, Economia, Administração Pública e Regulação aplicadas a questões de energia, meio ambiente e política e segurança energéticas. Com experiência prática nas áreas pública e privada, vem desenvolvendo atividades com ênfase em Planejamento Estratégico e Governança Corporativa aplicados à Energia e ao Meio Ambiente. Adicionalmente, atua como consultora ad hoc da FAPESP e como membro do Conselho de Administração da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE-Brasil). Foi membro do Conselho de Administração da Eletrobras; presidente do Comitê Estratégico em Energia da Amcham; e diretora da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, tendo sido responsável pela Revista Brasileira de Energia. Começou a carreira em Brasília, no IPEA, instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, trabalhando, em seguida, como executiva em uma série de bancos nacionais e internacionais, como Chemical Bank (atual JP Morgan Chase), BankBoston e Banco Votorantim, entre outros.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Armando Casado de Araujo	12	100,00
José Carlos de Miranda Farias	9	100,00
Fernanda Cardoso de Amado	12	50,00
Virgínia Parente de Barros	12	100,00

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.



iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administrador do emissor**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.

- b. controlador direto ou indireto do emissor**

Nome	Cargo/Função do Administrador	Nome empresarial da pessoa relacionada	Tipo de pessoa	CNPJ	Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Armando Casado de Araujo	Presidente do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras	Subordinação	Controlador Direto
Fernanda Cardoso Amado	Membro do Conselho de Administração	União Federal	Pessoa Jurídica	00.394.460/0001-41	Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do MPOG	Subordinação	Controlador Indireto
Paulo Cesar Magalhães Domingues	Membro do Conselho de Administração	União Federal	Pessoa Jurídica	00.394.460/0001-41	Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME	Subordinação	Controlador Indireto
Virgínia Parente de Barros	Membro do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Membro do Conselho de Administração	Subordinação	Controlador Direto

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO FISCAL INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2016.

São indicados para composição do Conselho Fiscal, titulares e suplentes: Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Leandro Giacomazzo (titular), Marcelo Cruz (titular), Éride Machado Bueno Bomtempo (suplente), Marcos Spagnol (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

12.5 Informações dos membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Pedro Gaudêncio de Castro	12/02/1931	Advogado	007.838.893-72	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	8
Leandro Giacomazzo	12/04/1960	Bancário	186.222.241-04	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	2
Marcelo Cruz	12/10/1965	Economista	316.297.171-34	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	7
Éride Machado Bueno Bomtempo	25/01/1965	Servidora Pública	279.613.031-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	3
Marcos Spagnol	27/09/1949	Engenheiro Elétrico	373.995.517-15	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	11
Pedro Paulo da Cunha	15/03/1963	Contador	813.693.957-87	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2016	29/04/2016	Até a AGO-2017	Não	Sim	Não	11

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda – PE, com curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará. É membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2008. Foi Diretor da Recebedoria de Rendas na Cidade de Floriano - PI; Diretor da Fazendas Reunidas Raymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Leandro Giacomazzo - Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Administração e pós-graduado em Gestão Empresarial, ambos pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB. É coordenador-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional desde 2005. Eleito membro efetivo do Conselho Fiscal pela 67ª AGO realizada em 29/04/2015. No Banco do Brasil S.A., exerceu os cargos de Assessor de Diretoria em 1994, Assessor de Departamento entre 1988 e 1993 e



Assistente de Supervisão entre 1986 e 1988. No Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional exerceu os cargos de Coordenador de Haveres Financeiros entre 2002 e 2005, Gerente de Execução Financeira e de Informações Gerenciais entre 2000 e 2002, Gerente de Operações Especiais e Gerente de Créditos Vinculados a Operações Internas de Estados e Municípios entre 1996 e 2000. Atuou como membro do Conselho Fiscal da Embraer entre 2007 e 2012, membro do Conselho Fiscal da Transportadora de Gás S.A – TAG em 2011, membro do Conselho Fiscal da Cia Imobiliária de Brasília – TERRACAP entre 2007 e 2011, membro do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Piauí S.A entre 200 e 2008, membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT entre 1994 e 1997 e membro do Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO entre 1994 e 1996.

Marcelo Cruz – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas da Católica de Brasília – DF, com MBA em e-GOV - Solução em Governo Eletrônico com utilização em WEB pela UNA – Centro Universitário de Ciências Gerenciais, e nestBoston. É Assessor do Secretário-Executivo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto desse Ministério, onde também atuou como Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo até maio de 2003. É membro do Conselho Fiscal da Chesf desde junho de 2010. Já foi membro do Conselho Fiscal da Chesf de abril de 2006 a abril de 2008. Foi Diretor Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos e Coordenador-Geral da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças na Casa Civil da Presidência da República; Diretor Geral, Diretor Administrativo, Assessor e membro do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Diretor-Geral na Imprensa Nacional; Assessor do Secretário-Executivo, atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais no Ministério da Fazenda; Secretário adjunto, Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto e Chefe da Divisão de Administração, Orçamento e Finanças da Secretaria do Patrimônio da União; Assessor Pleno, Gerente de Expediente de Agência e Tesoureiro Geral no Banco do Brasil; membro do Conselho Fiscal da Ceasa/AM; Presidente do Conselho Fiscal do Banespa Cartões; membro suplente do Conselho Fiscal do NOCACAP e membro do Comitê Gestor de governo Eletrônico do Governo Federal.

Éride Machado Bueno Bomtempo - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília – UnB - com especialização em Jornalismo. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília - UnB, cursando Pós-graduação nas áreas de Direito Administrativo e Revisão de Textos. É assessora técnica de Assessoria Econômica da STN. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2014, representante do Tesouro Nacional. Foi Coordenadora da Coordenação Geral de Gestão de Riscos Operacionais - COGER/STN entre 2001 e 2015 . Trabalhou no Banco do Brasil entre 1993 e 1997 nas áreas de crédito, aplicações financeiras e câmbio. Entre 1990 e 1993, trabalhou na Fundação Hospitalar do Distrito Federal na área de concessão de aposentadorias, incluindo acompanhamento de processos oriundos do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Atuou na área de investimentos financeiros no Montrealbank S.A. em 1993.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, com curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotérmicos "Sistema de Apoio a Decisão" pela Universidade de Campinas – Unicamp/SP. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2006. É membro suplente do Conselho Fiscal da CEAL; e Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. É Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União na Eletrobras desde outubro de 2008. Ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, bem como participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras. Também atuou como Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPEL até 2010; membro suplente do

Conselho Fiscal da CEAL; e suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. Foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais de 2005 a 2008; Chefe do Departamento de Sistemas Isolados de 2003 a 2005; Chefe do Departamento de Estudos Energéticos de 2000 a 2003; e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos de 1998 a 2000.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Pós-Graduação em Especialização para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e atualmente cursa Mestrado em Gestão Empresarial na FGV. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde 2005. Exerce a função de Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras de médio e longo prazo; e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas. É membro do Conselho Fiscal da Eletronuclear e do da Eletrobras Distribuição Acre. Foi membro do Conselho Fiscal da Ceron; membro do Conselho Fiscal da Celpa; membro do Conselho de Administração da Eletros; e Conselheiro Fiscal da Eletros; Conselheiro Fiscal da Manaus Energia; membro do Conselho Fiscal da CEAM; e membro do Conselho Fiscal da CGTEE.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Pedro Gaudêncio de Castro	8	100,00
Leandro Giacomazzo	7	87,50
Marcelo Cruz	7	87,50
Marcos Spagnol (Suplente)	0	-
Éride Machado Bueno Bomtempo (Suplente)	1	12,50
Pedro Paulo da Cunha (Suplente)	1	12,50

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administrador do emissor**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não se aplica.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administra�o não são remunerados por benefício motivados pela cessat�o do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseada em ações.
-------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio-refeição, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável. Tais membros fazem jus a Participação nos Lucros e Resultados - PLR da Companhia, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2015			2014			2013		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal									
Salário ou pró-labore	100%	85%	100%	100%	84%	100%	100%	75%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	4%	-	-	5%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Variável									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	-	-	9%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	11%	-	-	11%	-	-	11%	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

(i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;

(ii) o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/DEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.



v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, consubstanciada na Participação nos Lucros e Resultados – PLR pela Diretoria Estatutária, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem apenas a Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Órgão	2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	357.845,08	3.066.182,86	178.922,54	3.602.950,49
· Benefícios direto e indireto	-	301.706,67	-	301.706,67
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	253.958,39	-	253.958,39
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		360.974,26		360.974,26
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	357.845,08	3.982.822,18	178.922,54	4.519.589,81

*Os valores de 2016 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2016 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2015, para o período de abril/2014 a março/2015, e os valores de abril a dezembro de 2016 estão baseados na proposta submetida a AGO/2016. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

Órgão	2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,83	5,08	3,17	14,08
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	310.223,37	3.052.676,62	170.705,34	3.533.605,33
· Benefícios direto e indireto		162.304,47		162.304,47
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-

· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		391.870,28		391.870,28
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	310.223,37	3.606.851,37	170.705,34	4.087.780,08

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,08	4,50	3,00	13,58
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	301.859,73	2.639.565,55	150.898,80	3.092.324,08
· Benefícios direto e indireto	-	164.434,77	-	164.434,77
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	351.549,28	-	351.549,28
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	301.859,73	3.155.549,60	150.898,80	3.608.308,13

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,25	4,92	3,17	14,33
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	284.526,94	2.588.902,43	146.262,24	3.019.691,61
· Benefícios direto e indireto	-	177.395,31	-	177.395,31
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	305.268,62	-	305.268,62

· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego		372.042,01		372.042,01
Cessaçã o do cargo				-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	284.526,94	3.443.608,37	146.262,24	3.874.397,55

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Órgão	2016*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	253.958,39	-	253.958,39
Total da remuneração	-	253.958,39	-	253.958,39

* Os valores de 2016 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	5,83	5,08	3,17	14,08
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,08	4,50	3,00	13,58
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,25	4,92	3,17	14,33
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	305.268,62	-	305.268,62
Total da remuneração	-	305.268,62	-	305.268,62

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as informações em forma de tabela:

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
-----	-------	---------	---------------------	-------	-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

2015	Diretoria	5	5,08	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.729.794,17	R\$ 278.897,61	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	0	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 614.757,27	R\$ 101.091,82	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	0	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.	R\$ 336.208,64	R\$ 70.985,05	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.
				Eletros	0		R\$ 22.068,65	R\$ 0,00	
2014	Diretoria	5	4,50	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.450.896,56	R\$ 204.217,47	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	0	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 513.665,45	R\$ 60.096,79	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	0	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.	R\$ 265.223,59	R\$ 61.197,82	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.
				Eletros	0		R\$ 22.068,65	R\$ 0,00	
2013	Diretoria	5	4,92	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.246.679,09	R\$ 176.940,06	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 453.568,66	R\$ 122.532,56	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	0	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.	R\$ 204.025,77	R\$ 65.643,50	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; deligamento do patrocinador.
				Eletros	0		R\$ 22.068,65	R\$ 22.068,65	

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2015	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,83	5,08	3,17
	valor da maior remuneração individual	R\$ 53.837,88	R\$ 817.258,31	R\$ 53.838,08
	valor da menor remuneração individual	R\$ 4.267,97	R\$ 353.788,78	R\$ 4.595,75
	valor médio da remuneração individual	R\$ 53.181,15	R\$ 709.544,53	R\$ 53.906,95
2014	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,08	4,50	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 50.299,60	R\$ 924.906,90	R\$ 50.299,60
	valor da menor remuneração individual	R\$ 12.862,53	R\$ 192.701,89	R\$ 50.299,60
	valor médio da remuneração individual	R\$ 49.620,78	R\$ 701.233,24	R\$ 50.299,60
2013	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,25	4,92	3,17
	valor da maior remuneração individual	R\$ 47.407,76	R\$ 791.124,96	R\$ 47.407,76
	valor da menor remuneração individual	R\$ 2.345,20	R\$ 167.485,44	R\$ 4.038,96
	valor médio da remuneração individual	R\$ 45.524,31	R\$ 700.394,92	R\$ 46.188,08

Mês	2015			2014			2013		
	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6	5	3	6	4	3	6	5	3
Fevereiro	5	5	3	6	4	3	6	5	3
Março	5	5	3	6	4	3	6	5	3
Abril	5	5	3	7	5	3	6	5	3
Maio	6	5	3	6	4	3	7	5	4
Junho	7	6	3	6	4	3	6	5	3
Julho	6	5	4	6	4	3	6	5	3
Agosto	6	5	3	6	5	3	6	5	4
Setembro	6	5	3	6	5	3	6	5	3
Outubro	6	5	4	6	5	3	7	6	3
Novembro	6	5	3	6	5	3	6	4	3
Dezembro	6	5	3	6	5	3	7	4	3
Total	70	61	38	73	54	36	75	59	38
Média	5,83	5,08	3,17	6,08	4,50	3,00	6,25	4,92	3,17

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas



aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

* * *